

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.612.697 - RS (2019/0328165-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**  
**AGRAVADO : VANIR TEREZINHA MILANI**  
**ADVOGADOS : LUIZ GUSTAVO FERREIRA RAMOS - RS049153**  
**GABRIELA MENONCIN MEDEIROS - RS079486**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, assim resumido:

PREVIDENCIÁRIO CONECTIVOS LEGAIS ÍNDICES DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DIFERIMENTO PARA A FASE EXECUTIVA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O recorrente alega violação do art. 85, § 11, do CPC, aduzindo, em síntese, ser indevida a majoração dos honorários advocatícios tendo em vista ter o acórdão recorrido julgado parcialmente procedente sua apelação.

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No presente caso, não se verifica a ocorrência da omissão apontada, porque a decisão expressamente mencionou que, **tendo em vista o improvimento do recurso da autarquia**, é cabível a majoração da verba honorária em favor do patrono da parte vencedora (...) (fl. 348)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão totalmente dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, o que atrai, por conseguinte, o referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “Verifica-se que o recurso encontra-se deficientemente fundamentado, uma vez que as razões insertas no recurso não permitem a exata

# *Superior Tribunal de Justiça*

compreensão da controvérsia, na medida em que se encontram dissociadas dos fundamentos da decisão agravada, aplicando-se, ao caso, por analogia, o enunciado da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp n. 1.394.624/RJ, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 19/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: EDcl nos EDcl nos EAREsp n. 740.722/SE, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 14/12/2017; e REsp n. 1.722.691/SP, relator Ministro Paulo De Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 15/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de fevereiro de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente